



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Fundamentos do Serviço Social

### FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: subsídios para revisitar a trajetória histórica da gênese à contemporaneidade

ETHIENE DA PURIFICAÇÃO DOS ANJOS SANTOS <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um ensaio teórico sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social na conjuntura brasileira. Com o objetivo de revisitar os acontecimentos que substanciaram a história da profissão, propõe um debate que busca iluminar o tempo presente e deslindar enigmas históricos que conectam o passado a contemporaneidade, tendo como prisma a dimensão de universalidade e processualidade histórica, revelando a essencialidade de dá visibilidade à memórias, ao legado intelectual que atravessou o Serviço Social desde sua gênese.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fundamentos teórico-metodológicos. Serviço Social. Memórias. Contemporaneidade.

**ABSTRACT:** This article presents a theoretical essay on the theoretical and methodological foundations of Social Work in the Brazilian conjuncture. In order to revisit the

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

events that substantiated the history of the profession, it proposes a debate that seeks to illuminate the present time and uncomplete historical enigmas that connect the past to contemporaneity, taking as a prism the dimension of universality and historical procedurality, revealing the essentiality of giving visibility to memories, to the intellectual legacy that has crossed social work since its genesis.

**KEYWORDS:** Theoretical and methodological foundations. Social services. Memories. Contemporaneity.

## I INTRODUÇÃO

Pensar os Fundamentos do Serviço Social historicamente é fundamental nos diferentes âmbitos de formação e do trabalho em Serviço Social - rememorar a trajetória, o significado sócio-histórico da profissão, os desdobramentos em diferentes cronologias pressupõe apreender o Serviço Social em seu movimento, significa colocar em evidência um desafio infindável ao intelecto da categoria e das entidades representativas que devem ter como compromisso coletivo reafirmar a centralidade da história da profissão ao longo dos seus oitenta e seis anos de existência na conjuntura brasileira.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo provocar reflexões e percorrer a tessitura do Serviço Social no Brasil, considerando desde o período de sua gênese e institucionalização até o momento vigente - com a perspectiva de revisitar suas memórias, os diferentes tempos e cogitar as interlocuções que podem ser feitas para se pensar o Serviço Social enquanto profissão que se (re)constitui em suas expressões, temporalidades e ensejos.

Sendo assim, optou-se por partir do resgate socio-histórico de sua trajetória, considerando a dinamicidade e complexidade do cotidiano. Desta forma, o artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiramente por esta introdução, na seção seguinte que consta o desenvolvimento intitulado “Da gênese à contemporaneidade: a história do Serviço Social e suas processualidades”, item que dá ênfase à três momentos cronológicos muito significativos para se pensar/analisar a história da profissão no âmbito brasileiro: o primeiro, a gênese e o processo de institucionalização do Serviço Social – que considera o interstício entre as décadas de 1930 e meados da década de 1960; o segundo período que compreende as décadas de 1960 e 1970; e por fim, o período que engloba o período dos anos 1980 até a contemporaneidade (CLOSS, 2015).

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas ao longo do mesmo. Salienta-se que os insumos para a elaboração do artigo decorrem de alguns debates que foram evidenciados ao longo dos três módulos da disciplina Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da escolha de bibliografias elementares para se pensar os fundamentos como objeto de estudo. Para além disso, o desenvolvimento deste trabalho está pautado no compromisso de adensar a investigação não apenas no sentido do debate teórico na área do Serviço Social, mas como um empenho político no sentido de reforçar a necessidade de fortalecer a crítica ao capital e às ideologias impregnadas por ele, a essencialidade de pensar o processo de vir-a-ser da profissão em tempos de onda conservadora e “até mesmo reacionárias, que avançam agora de forma aberta contra o projeto ético-político” (MOTA; RODRIGUES, 2020, P. 200).

## **II DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE:** a história do Serviço Social e suas

---

processualidades

Ao considerar o processo de emergência do Serviço Social no contexto mundial, cabe destacar que a discussão sobre a gênese e o significado sócio-histórico da profissão não pode estar dissociada das condições históricas que determinaram a vida em sociedade e a reprodução das relações sociais ao longo da história. A profissão em sua emergência foi requisitada para atuar no contexto da produção e reprodução da vida da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2007; MONTAÑO, 1998) – tomando como ponto de partida o modo de produção capitalista, em seu estágio industrial e as controvérsias intrínsecas a este modo de produção, é necessário evidenciar que esta fase foi um momento da história que trouxe expressivas transformações na estrutura da sociedade e nas suas relações.

A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da inserção de inovações, do aumento da produtividade e da materialização de estratégias como a redução do tempo para a fabricação de mercadorias – surgem circunstâncias que intensificam a exploração pelo trabalho, deste modo o que se podia visualizar era que apesar do desenvolvimento tecnológico ter sido um fator de aceleração de produção e conseqüentemente acumulação de capital, por outro lado vivencia-se a exploração da força de trabalho, tal circunstância, resultou em inúmeras expressões da desigualdade – uma vez que ao mesmo tempo que se acelerava a capacidade de produzir riquezas, a pobreza também crescia. No ponto de vista de Netto (2005), a sociedade era capaz de estabelecer a produção de mais bens e serviços, entretanto, à medida que se realiza tal aumento da produção, os membros executores que vendiam sua força de trabalho não tinham acesso efetivo aos bens produzidos, ficando assim, despossuídos das condições materiais.

Desse modo, o pauperismo se intensificava e as expressões da desigualdade exprimiam a potência e a supremacia das imposições capitalistas. O sistema de produção capitalista se materializa a partir do processo de alienação do homem com ser social, a forma de conduzir seus processos de exploração e alienação – trouxe para as relações sociais representações inerentes ao encadeamento da relação capital x trabalho, relações estas que não somente expressaram o conjunto de atividades capitalistas para o processo de produção do capital e de valorização do mesmo, mas que também foram reproduzidas a partir de relações de dominação entre os homens, “relações invertidas daquilo que realmente são: aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões de relações entre classes sociais antagônicas [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 31).

Ao fim do século XVIII na Inglaterra inicialmente, posteriormente no restante da Europa e dos Estados Unidos, e mais tardiamente nos países africanos, asiáticos e latino-americanos acontecia a progressiva inserção de máquinas/engrenagens aos processos produtivos. Tal incorporação foi determinada pela Revolução Industrial – que trouxe mudanças para o processo de produção, instaurando técnicas e mecanismos que revolucionaram o âmbito econômico, político e social daquele período, isso, culminou na origem da classe operária e da concentração de bens nas mãos de uma minoria, neste caso os burgueses. Portanto, as transformações que ocorriam no mundo do trabalho e as expressivas metamorfoses estavam vinculadas as novas formas de produção do capital, bem como aos novos parâmetros estabelecidos nas relações de trabalho e na vida cotidiana.

O estabelecimento da era industrial veio acompanhada da oferta de trabalho nas fábricas e pela colossal quantidade de trabalhadores “à disposição da expansão do capital” (MARTINELLI, 2011, p. 56), o ideário de expansão ocasionou profunda desigualdade entre as classes, assentada em um expressivo antagonismo, na qual a burguesia a partir da detenção dos meios de produção e de seu poder econômico instaurou estratégias de domínio do capital sobre a vida da classe trabalhadora, uma vez que o proletariado dependia unicamente da venda de sua força de trabalho para sua reprodução social.

Diante disso, agudizava-se a expansão do poderio burguês e a exploração do/pelo trabalho, e conseqüentemente acentuavam-se as contradições entre os interesses dos detentores do capital e do proletariado. Nestes tempos estava explícito o quão trabalhadores e trabalhadoras possuíam necessidades materiais, demandas de cunho político e subjetivo, uma vez que subexistiam em um cenário de negação de condições cruciais e reais da vida humana. Eram tempos de corrosão da sua energia vital, desgastadas pela sua força de trabalho em ação/em atividade, que naquele momento era usada pelo capital e pelas atividades intrínsecas a produção de mercadorias e ao concebimento de produtos – como forma de pagamento pela venda de sua força de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras eram “recompensados/as” com salário, que de acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), nada mais é do que “*produto de seu próprio trabalho*, do trabalho efetuado anteriormente pelo conjunto de trabalhadores [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, P. 50).

Com a apropriação privada da riqueza socialmente produzida é possível enxergar o acirramento das disparidades ideológicas entre as classes e a relação cada vez mais conflituosa entre capital e trabalho – há impasses entre essas forças e é na contradição dessas relações que emerge a materialização do que é denominado de Questão Social. Sendo assim, meados do século XIX o cenário passa a ser marcado pela efervescência dos ideais antagônicos entre as classes, de tensões entre as ideologias – uma vez que o continente europeu vivenciou a ampliação drástica dos impactos sociais decorrentes do conflito entre classes.

Tais ocorrências conduziram a burguesia a pensar estratégias de assistência à classe trabalhadora, uma vez que com o crescimento do pauperismo e sua complexificação, a burguesia deparou-se com a necessidade aproximar-se do Estado, estabelecendo assim a consumação da execução da assistência como mecanismo necessário de minimização/correção da “mazelas” provenientes do pauperismo. É neste cenário que começa o delineamento do Serviço Social como profissão no cenário mundial, face a implantação da assistência social, da filantropia e da necessidade de inserção de medidas para o controle social do/a trabalhador/a e

da família operária. Segundo Carlos Montaña (1998), a gênese da profissão é produto da síntese dos processos econômicos e políticos que operam o desenvolvimento histórico do enfrentamento da Questão Social. Portanto, a conjuntura de emergência do Serviço no mundo está vinculado ao processo da luta de classes em torno dos projetos antagônicos de sociedade.

O Serviço Social surge com certa identidade atribuída, neste ciclo a profissão exprimia um conjunto de práticas repressoras e reguladoras que por meio de mecanismos e estratégias de controle social buscava atender os ideais da burguesia, que visava consolidar definitivamente o capitalismo como sistema de produção. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2004)

O Serviço Social surge num momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere. É também um momento em que a ideologia das classes dominantes não é mais a da Igreja. Não é mais ela quem cria e difunde a ideologia dominante. Esta passa a ser produzida e difundida por outras instâncias da sociedade civil e política, que são monopolizadas e controladas pelos grupos e classes que mantêm o monopólio dos meios de produção [...] A crítica ao capitalismo limita-se aos excessos e não se atém à essência do modo de produção e a seu caráter histórico. Esses excessos ou abusos se originariam do homem e podem, portanto, ser corrigidos através da correção do homem (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 230).

O processo histórico de institucionalização do Serviço Social mostra que sua legitimação esteve condicionada a determinações políticas, econômicas e sociais que deram materialidade às tensões que se originaram a partir da apropriação privada de uma classe sobre a outra. A constituição do Serviço Social como profissão no cenário capitalista esteve vinculada à intervenção estatal por meio de práticas de domínio e de regulação social, sendo assim, foram estas prerrogativas que influenciaram fortemente sua legitimação nos países americanos, europeus e latino-americanos.

Na América Latina, o Serviço Social emergiu na cidade de Santiago, no Chile,

a fundação da primeira escola ocorreu no ano de 1925 – a princípio o estabelecimento do Serviço Social esteve atrelado a necessidade de ter auxílio do trabalho de um profissional na área da saúde, que complementasse o trabalho médico. Após a emergência das primeiras escolas no Chile, houve a propagação do Serviço Social em outros países da América Latina: em 1930, no Brasil; no ano de 1937, em Montevideu no Uruguai; em 1939, na Colômbia; em 1940, na Argentina – cada escola a partir da sua fundação tiveram como base doutrinária a influência da ideologia da igreja.

No âmbito das particularidades do contexto brasileiro o Serviço Social é institucionalizado nos primeiros anos da década de 30, nesse primeiro momento a profissão tem como suporte o ideário da Igreja Católica, firmado em bases franco-belga vinculada aos contributos de São Tomás de Aquino. Para tanto, o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil esteve atrelado aos ideários da igreja católica no processo de “ajustamento” dos indivíduos e princípios que os responsabilizavam moralmente, a prática profissional estava vinculada a formação moral do proletariado (IAMAMOTO E CARVALHO, 2004; IAMAMOTO, 2007).

Em seus ensaios críticos, Marilda Iamamoto (2004), aponta que a percepção de questão social estava atrelada a assuntos morais e religiosos, uma vez que Deus era a representação de justiça divina, e uma sociedade comprometida com as convicções cristãs alcançaria a justiça social. Ainda segundo a autora, os/as profissionais tinham como referenciais as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, ambas apoiadas na Doutrina Social da Igreja.

Em 1932, a partir da aliança entre classe burguesa e segmentos da Igreja Católica, foi criado na cidade de São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), entidade pioneira que estabeleceu a primeira Escola de Serviço Social no cenário brasileiro. Neste primeiro momento, a profissão torna-se referência na efetivação de práticas filantrópicas e formação técnica especializada influenciada pelo Serviço Social europeu, essa prática definiu o Serviço Social brasileiro em seu estágio inicial, uma vez que consistia em “*um fazer*” desprovido de base científica,



que trazia em suas entranhas bases doutrinárias que deram um caráter conservador à profissão - como bem reforça Iamamoto (2007, p. 21), trazia à profissão na condição de “[...] uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”.

Com a ocorrência da agudização das expressões da questão social no capitalismo monopolista, e conseqüentemente a crescente fração da classe trabalhadora empobrecida. Trabalhadores e trabalhadoras por meio de reivindicações coletivas recorreram à meios de greves para satisfação das suas necessidades, a busca consistia em serviços que atendessem suas demandas, por isso, pressionaram o aparelho estatal para que dispusessem de atividades assistenciais. Em contrapartida, o Estado para defender seu ideário e fortalecer suas premissas junto ao empresariado implementou ações que surgiram como mecanismos de regulação dos processos econômicos e sociais, inclusive na perspectiva de criar estratégias junto à lógica monopolista no intuito de fortalecer a aliança entre os aparatos privados dos monopólios e os equipamentos estatais.

Nesta fase, o Estado é considerado funcional ao capital monopolista, na concepção de José Paulo Netto (2005, p. 28), “o comitê executivo da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista”, e para isso ser concretizado, continuam preservando o controle sobre a força de trabalho, porém, passam a estabelecer e operacionalizar políticas sociais em detrimento da administração e minimização das expressões da questão social.

A década de 1940 foi marcada por fortalecimento de alianças, em função das ambições do presidente Getúlio Vargas, que desde 1930 buscou estreitar as relações com países influentes mundialmente, para que o Brasil avançasse em termos de expansão do capitalismo, e conseqüentemente para que se torna um território reconhecido no âmbito do processo de acumulação do capital. Nesta época a proximidade com o Serviço Social norte-americano foi facilitado por meio de um intercâmbio cultural que deu oportunidade de integração do Brasil a programas

continentais de bem estar social, em 1940, tais programas receberam assistentes sociais brasileiras para capacitação. Nesta década, a área de ação foi expandida, a profissão alcançou posição importante na execução de políticas estatais, neste instante, o agir profissional estava atribuído ao aparelho estatal no processo de operacionalização de políticas sociais, o trabalho passa a ser desenvolvido eminentemente em grandes instituições assistenciais que naquele período estavam em uma conjuntura de desenvolvimento nacional.

O Estado ao incorporar parcela das demandas da classe trabalhadora, abre ao Serviço Social um mercado de trabalho que expande suas possibilidades de intervenção, assim, além de já ter um espaço demarcado na esfera privada, a profissão amplia suas bases e assume um lugar na esfera estatal. Assim, em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), esta instituição representou um grande marco no processo de institucionalização da profissão à nível nacional – sua implementação se deu com o objetivo de executar programas ações assistencialistas a partir do processo de colaboração entre poder público e iniciativa privada. De acordo com Yamamoto e Carvalho (2008), a LBA começou a atuar em quase todas as esferas da assistência social, nas suas denominadas obras sociais acaba por solidificar os princípios do Serviço Social, o estabelecimento e fortalecimento do ensino do Serviço Social no país, e conseqüentemente, o aumento da quantidade de trabalhadores sociais.

O Serviço Social latino-americano, em 1945, baseou-se nas técnicas funcionalistas provenientes da Sociologia norte-americana, e por isso, passou a operacionalizar suas análises e suas intervenções na realidade a partir desta abordagem. No Brasil, é possível visualizar a absorção da orientação funcionalista pelo Serviço Social por meio de práticas ajustadoras/adaptadoras, de caráter manipulatório e moralizador.

A partir desse desígnio teórico, a postura profissional baseava-se no princípio da integração do indivíduo/cliente adequado para o bom funcionamento da sociedade. A intervenção que antes era direcionada para os

necessitados/miseráveis, passou a ser estendida à classe trabalhadora – as instituições mencionadas acima foram campos de atuação do Serviço Social, baseiam-se em ações assistenciais, de educação popular e planejamentos ligados às relações industriais, estes serviços procuraram alcançar tanto a massa operária quanto os indivíduos que estavam fora das instalações industriais.

Referente ao direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social neste período, a profissão continuava embasada na abordagem funcionalista, utilizando-se de postulados metodológicos do Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo, assim, continuava exercendo a regulação social como forma de reajustar o indivíduo para que ocorra sua integração na condição de pessoa “ajustada”; de tratar o cliente para que se encontre a solução para os problemas sociais; de regenerar comunidades desvalidas e carentes, para assim se ter uma sociedade coesa funcionalmente.

Em 1945 foi fundada a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), no ano seguinte foi criada a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) – estes dois eventos representaram um marco importante no processo de reconhecimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Mais à frente, em meados de 1947, aconteceram episódios que orientaram a prática profissional e que concederam determinado “status” à profissão, mesmo que neste período não estivesse regulamentada como categoria. Ainda em 1947 aconteceu o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social organizado pelo CEAS, os anais desse primeiro congresso trouxeram debates a partir de exposições de experiências profissionais em diferentes espaços de atuação. O processo de exposição de experiências por meio de Congressos como espaço de socialização de vivências no âmbito de atuação do Serviço Social, permitiu redirecionamentos para refletir a profissão – nesta conjuntura o Serviço Social abrange elementos da psicologia e tecnicista.

Nos anos iniciais de 1950, ainda é possível observar influências da filosofia tomista associada a técnicas norte-americanas nas práticas profissionais. O Serviço

Social inserido em uma conjuntura marcada pelo desenvolvimentismo populista teve sua intervenção vinculada ao método de desenvolvimento de comunidade (DC) que tinha como objetivo planejar e executar políticas sociais desenvolvidas para o fortalecimento e manutenção do capital - tal conduta desenvolvimentista esteve vinculada ao ideário de progresso social - incorporado pela cooptação do Estado (IAMAMOTO, 2007).

O Serviço Social apropria-se de parâmetros de bases tecnicistas, ainda sem questionamentos, continuava submerso ao pensamento conservador, sem direcionamentos políticos assumidos, situado em um cotidiano marcado pela operacionalização da burocracia institucional imposta. A década seguinte, de 1960, representou um período de significativas transformações no âmbito do Serviço Social brasileiro, tanto para Netto (2011) quanto para Iamamoto (2007), foi nesta década que instaurou-se reflexões sobre as percepções e o sentido sobre a profissão.

Para Netto (2011), de significantes “transformações societárias”, que se gestam polêmicas sobre os direcionamentos teórico-metodológicos que direcionaram a profissão desde sua emergência até sua consolidação – de acordo com o autor não há necessariamente o rompimento total com as posturas conservadoras, entretanto, busca-se atualizar/modernizar a profissão. No livro “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, Netto (2011) faz uma análise da trajetória histórica da profissão em tempos de regime autocrático burguês, destaca ainda o processo de “erosão” do Serviço Social tradicional no Brasil, sobre isso faz apontamento dos elementos que contribuíram para o respectivo processo de ruptura.

[...] primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com “as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “relegado a um segundo plano”; em consequência, levanta-se a necessidade “de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade”; e finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento. Mesmo sem explicitar as questões candentes que iam anacronizando o Serviço Social

“tradicional”, este três elementos delimitam-nas nitidamente: a dissincronia com “as solicitações” contemporâneas, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva (NETTO, 2011, p. 139).

No ponto de vista de Iamamoto (2007), os desígnios que marcaram o respectivo movimento para com o Serviço Social Tradicional, esteve baseado na intenção de ruptura com tal herança no sentido de se buscar “[...] uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social [...]” - essa busca pelo “novo” estava eminentemente ligado ao descontentamento da categoria profissional com o conservadorismo entranhado na profissão desde sua gênese, a insatisfação não estava vinculada à negação da história do Serviço Social, mas sim no debate sobre os direcionamentos teórico-metodológicos que designavam o trabalho profissional naquele momento e a necessidade de redefinição das dimensões que norteavam a profissão.

A Reconceitualização do Serviço Social foi um marco para a profissão, uma vez que significou o princípio do processo de redefinição da dinâmica profissional, uma vez que parcela dos/das assistentes sociais decidiram romper com práticas conservadoras, resolveram questionar o tradicionalismo até então vigente no fazer profissional. No artigo intitulado “A crítica conservadora à reconceptualização”, presente na coletânea Serviço Social e Sociedade, nº 5, do ano de 1986, José Paulo Netto, apresenta particularidades, a representatividade e críticas ao Movimento - em seus trocadilhos, não deixa de pontuar o papel do “processo de reconceptualização”, uma vez que o autor reconhece que o respectivo Movimento “[...] produziu um tipo de ambiência onde a insegurança e a desorientação próprias do Serviço Social tradicional saltaram à luz do dia [...]” (NETTO, 1986).

Cabe enfatizar que a crise do Serviço Social tradicional no Brasil, foi produto da crise do Serviço Social tradicional na América Latina, com bem pontua Netto (2011), foi um processo que não ocorreu exclusivamente no nosso limite fronteiriço, pelo contrário foi “[...] um fenômeno internacional, verificável, ainda que de sob forma diversa, em praticamente todos os países onde a profissão encontrará um

nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional [...]” (NETTO, 2011, P. 142).

Mesmo que em meio ao processo de Reconceituação, o conservadorismo ainda se fez presente na profissão, sendo assim, houveram três tendências que compuseram o mencionado Movimento: a primeira, denominada de perspectiva modernizadora elaborou ações utilitárias para condução das tensões provocadas pela autocracia burguesa para manutenção da lógica monopólica daquele período – ela significou uma fase de renovação profissional adaptada/moldada à ideologia autocrática, dois documentos que reforçam nitidamente a concepção desenvolvimentista à vertente modernizadora, são: o Documento de Araxá (1967) e o Documento de Teresópolis (1970); a segunda, reatualização do conservadorismo, que “recupera elementos mais estratificados da herança da histórica e conservadora da profissão [...] a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica [...]” (NETTO, 2011, P. 157); e por fim, a intenção de ruptura, que por sua vez buscou romper com a perspectiva intelectual conservadora, esta tendência representou a oposição em face da autocracia burguesa ocorreu a partir de expressões que simbolizam a diferença desta tendência em relação às tendências anteriores, dentre as particularidades da denominada intenção de ruptura, estão: a colisão com a diretriz autocrática no campo teórico-cultural, o embate no campo profissional, e ainda, a divergência no plano político, no que diz respeito às projeções societárias dos/as assistentes sociais não coincidirem com a institucionalidade da ditadura.

A perspectiva do projeto de ruptura se espalhou e fortaleceu no âmbito das universidades, instituiu-se um colossal trabalho teórico-metodológico, que para Netto (2011), significou o rompimento do “isolamento intelectual do assistente social” e a viabilização de novas interlocuções ao Serviço Social. Para mais, cabe evidenciar que os marcos do processo de constituição do projeto de intenção de ruptura, sob este ponto cabe reportar-se ao “Método de Belo Horizonte”, na palestra intitulada “A importância do marxismo no debate dos fundamentos do Serviço Social” - Batistoni (2020), pontuou que tal documento representou um esforço coletivo para responder

às exigências profissionais daquela conjuntura. Conforme a autora, com o documento de BH já era possível identificar abordagens reducionistas dos marxismos, aproximações com o estruturalismo de Althusser, que inclusive acaba por influenciar o Serviço Social do período.

Mais à frente, no que diz respeito ao desígnios teórico-político, é necessário mencionar a representatividade do “Congresso da Virada”, nome dado ao III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), ocorrido em São Paulo, no ano de 1979, acontecimento ímpar no processo de direcionamento político da categoria, neste momento, já se constatava certo amadurecimento teórico calcado nas vertentes críticas. Outro elemento complementar que marcou a transição entre as décadas de 70 e 80 - foram a revisão curricular, em 1982; e posteriormente no ano de 1986, o Código de Ética de 1986. Sobre tal pontuação Batistoni (2020), assinala que nesse período se estreita a relação com às fontes de Marx, tais fontes viabilizaram consistentes contributos para repensar o ensino da prática em Serviço Social e iniciar outros debates no processo de condução do trabalho profissional, dando ênfase a competência crítica. Como matriz teórico-metodológica, a tradição marxista permitiu o conhecimento das próprias bases histórico-ontológicas que instituíram o Serviço Social, isto é, viabilizou a abstração intelectual dos elementos constituintes do Serviço Social, bem como suas contradições e mediações.

Nesta fase considerada como “áurea” do amadurecimento intelectual - pode se dizer que nada mais foi do que produto de todo um processo histórico de movimento e de debate intelectual da categoria profissional, de luta, de inconstâncias, de construção de um projeto profissional, e também, nas palavras de Iamamoto e Santos (2021), de resultado de “experiências e processos marcados por movimentos e contradições, que inclusive atravessaram o Serviço Social na trajetória de construção de sua identidade e nas suas lutas e resistências teóricas e políticas” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021).

Em 1990, nos espaços de debate e no âmbito das produções em termo de Serviço Social, já se visualiza o adensamento da maturidade teórica profissional e

ético-política - o decorrer da referida década viabilizou ao Serviço Social o aprimoramento da tendência de ruptura como o Serviço Social tradicional, colocada desde décadas anteriores, representando tal tendência por meio de um projeto profissional, nitidamente associado à um projeto societário contrário à exploração, discriminação e intolerância de qualquer natureza. Assim, a categoria profissional vinculada a um projeto de transformação e construção de uma nova sociedade, assume um comprometimento ético-político a partir de direcionamentos que buscam efetivar os direitos humanos e a emancipação humana.

Se por um lado, os anos 80 trouxe avanços para a profissão na esfera ética, da fiscalização formação profissional e na realidade do trabalho profissional, na década de 1990, consumou-se a ascensão desses fatos. O Serviço Social tanto no campo de suas orientações teórico-metodológicas quanto ético-política, acompanhou/presenciou nestes últimos anos mencionados, a construção do seu Projeto Ético-político (o PEP), projeto este materializado a partir da Lei de nº 8662/1993 - que regulamenta a Profissão (1993), do Código de Ética de 1993 e das Novas Diretrizes Curriculares, em 1996.

Estes documentos mencionados são componentes que constituem o PEP e que representam nitidamente toda uma luta histórica da categoria profissional pela ruptura com o conservadorismo, do enfrentamento à ideologia dominante para consolidação e expansão dos direitos sociais, e ainda, da sua vinculação com a teoria crítica social, que por sua vez trouxe para o Serviço Social um rico aporte para o campo dos fundamentos da profissão, sobretudo para a compreensão e debate de suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e ético-políticas.

Diante do exposto, entende-se que o horizonte crítico e de ruptura profissional com o conservadorismo foram avanços construídos pela categoria profissional nos anos anteriores à década de 1990, a partir do movimento de intenção de ruptura, em um contexto efervescente da luta entre as classes. Na contemporaneidade, fica evidente que as discussões na esfera da formação e do trabalho profissional firmados na últimas três décadas, atravessam um conjunto de transformações



societárias, que conferem ao Serviço Social uma sequência de novas exigências e demandas.

É na conjuntura hegemônica do grande capital financeiro, que ocorreram constantes metamorfoses no mundo do trabalho, vinculado ao ideário neoliberal, que por meio da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, das novas formas de contratação, da ampliação da precarização das relações de trabalho - que a incompatibilidade entre democracia e capitalismo se intensificou/tem se intensificado. As mudanças nas relações e nas condições do mundo do trabalho a partir de orientações neoliberais vieram acompanhadas da reformulação do papel do Estado, portanto foi estabelecida a sua Reforma, a partir desta ocorrência as políticas sociais passaram a serem ajustadas, às possibilidades de financiamento de serviços públicos foram restringidas. Diante destes fatos, o governo passou a cortar gastos governamentais para crescer economicamente, se de um lado adotou medidas para alavancar os rendimentos do capital financeiro – do outro, fez aumentar o desemprego e a desigualdade social.

Na transição do século anterior para o século vigente, presencia-se a eminência dos impactos acarretados pelas mudanças ocorridas nas esferas produtiva e estatal, nota-se a expansão do setor de serviços, a redução do emprego do trabalho vivo no processo de produção, a precariedade dos contratos, o crescimento da terceirização, o que conseqüentemente expandiu condições de trabalho temporário, desprovido de direitos trabalhistas. Trabalhadores e trabalhadoras, inclusive a categoria de assistentes sociais sentem na pele os rebatimentos deploráveis das ações de cunho neoliberal.

Para além disso, fica evidente a tendência de precarização e terceirização/quarterização do trabalho dos/as assistentes sociais no cenário brasileiro. E em tempos de contrarreformas, de lógica de uma acumulação que insiste em pressupostos da insuficiência da gestão pública em gerir recursos e intensificar as concessões público-privado, fica perceptível a onda de “devastação do trabalho”, determinada pelo capital global. Diante das especificidades que

atravessaram a dinâmica não apenas do trabalho profissional de assistentes sociais, mas o mundo do trabalho em diferentes esferas e categorias profissionais - é nítido que na contemporaneidade a “*classe que vive do trabalho*”<sup>2</sup> se encontra no “fio da navalha”<sup>3</sup>, a mercê de novas morfologias do trabalho que suprimem os direitos sociais e trabalhistas - e que na conjuntura de barbárie capitalista, e ainda, de pandemia da COVID-19 ganharam maiores proporções.

Na contemporaneidade, é inegável que a profissão tem resistido frente à conjuntura do ideário neoliberal e de suas investidas no sentido de valorizar, superacumular, privatizar e expandir o desmonte na esfera pública - as procedências estão visíveis, tanto na esfera da formação profissional quando no trabalho em diferentes espaços socio-ocupacionais - ou seja, se presencia a agudização da barbárie em diferentes contrastes, dentre eles: a mercantilização da educação, o esfacelamento dos direitos sociais e condições precárias de subsistência em tempos sombrios de crise sanitária, crise que acirrou o desespero de manter-se vivo e subsistir em um Brasil de incertezas, medo, de condições de sobrevivência ultrapecárias.

Diante do exposto, se quer pontuar a essencialidade de iluminar o tempo presente, desvendar os diferentes momentos que constituíram/constituem a profissão e conectar o passado a atualidade, firmando-se nas dimensões da universalidade e processualidade histórica, uma vez que é imprescindível (re)contar a história, os pejejos, as conquistas e os desafios - abordar e dá visibilidade ao debate de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social é elementar para compreender/apreender as determinações da produção e reprodução das relações sociais estabelecidas ao longo da história, compreender as particularidades do cotidiano, pensar, problematizar os rumos e as demandas colocadas à profissão, e por fim, importantíssimo para destrinchar

---

2Antunes (2018), utiliza o respectivo termo para mencionar homens e mulheres inseridos/as no processo de venda da sua força de trabalho sem serem os detentores dos seus meios de produção.

3 Expressão utilizada pela autora Raquel Raichelis (2020), em sua análise sobre a nova morfologia do trabalho e as novas requisições/demandas ao trabalho social na “lógica das urgências”.

caminhos para continuar no âmbito da luta e da resistência, na perspectiva de construir vias de enfrentamento à esses tempos conservadores.

### **III CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo conteúdo percorrido neste trabalho, compreende-se o quão se faz necessário o debate sobre a centralidade dos Fundamentos Históricos Teórico- Metodológicos da profissão, adensar estudos, discussões e produções neste campo permite-nos apreender que “[...] a história é um processo em aberto, em permanente tensão, de continuidades e rupturas, um constante desafio a renovar-se” (SIMIONATTO, 2020, P. 22).

Refletir sobre o Serviço Social na cena contemporânea é analisar antes de mais nada as suas memórias, a herança intelectual que atravessa o Serviço Social desde sua gênese, é pensar nas múltiplas determinações da produção e reprodução das relações sociais estabelecidas ao longo da história - compreender as particularidades históricas e seus rebatimentos na realidade contemporânea, considerando o mundo do trabalho na trama capitalista, bem como as particularidades do trabalho profissional em tempos de agudização da barbárie.

Por fim, se quer elucidar que mesmo diante de uma conjuntura marcada pela reatualização do conservadorismo, ajustes neoliberais, de radicalização da questão social, por pensamentos reacionários que confrontam os valores democráticos e de desmonte dos direitos sociais - é fundamental que a categoria reafirme seu comprometimento ético-político, e que no âmbito da luta, sejam construídas e

reiteradas estratégias e ações de enfrentamento. Logo, o Serviço Social brasileiro tem sido desafiado a buscar novas práticas, tem sido provocado à retomar ao movimentos de educação de base, tem sido instigado a buscar espaços para (re)ocupar e resistir nas mais diversas esferas e proporções.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Ciclo de debates dos fundamentos do Serviço Social** – interlocuções da profissão com o marxismo. Aula I – A importância do marxismo no debate dos fundamentos do Serviço Social. Canal da Editora Cortez, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Toll-URauvk&t=6s>. Acesso em jul. de 2022.

CLOSS, Thaísa. **Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área**. – Porto Alegre, 2015. 253 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2015. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7533/3/474062%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: ago. de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.). **A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. -1 ed. - São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021.

IAMAMOTO; Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. - 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del Serviço Social: Un ensayo sobre sugenesis, su especificidad y sureproduccion**. São Paulo, Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete e RODRIGUES, Mavi. "O legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário". In: **Revista Katálysis**, v. 23 n. 2 (2020). Disponível em: Vista do Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário (ufsc.br). Acesso em jul. de 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, 2005.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 59-75, 1981.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho no 'fio da navalha': novas morfologias, antigas

requisições atualizadas ao trabalho social em habitação. In: **Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. - Organização Rosângela Dias Oliveira da Paz, Tânia Maria Ramos de Godói Diniz. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.300 p.; 21 cm.

SIMIONATTO, Ivete. Prefácio. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.). **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. -1 ed. - São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021.